



Acesse nosso site!

FORÇA ELEITORAL

Max reúne 2 mil pessoas em Jaciara e dá largada à campanha de reeleição

O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (Podemos), deu a largada oficial à sua campanha de reeleição com um ato de grande porte, em Jaciara (144 km de Cuiabá).
Pág 7



ENCONTRO

Wellington nega mal-estar no PL e justifica ausência em almoço com Marinho



Pagina 07

PORTÃO DO INFERNO

Pivetta diz que demora do Ibama para liberar construção de túnel é ‘castigo’ para moradores de Chapada



Pagina 04

FORBES 2026

Família Maggi domina posições do agronegócio entre os bilionários do Brasil



Pagina 04

ALMT

Júlio cita “perda de força” do União e prevê bancada menor na AL



Pagina 04

CAMISA SEM MÁSTER

Presidente do Cuiabá mantém veto às bets: “Segmento criminoso”



Pagina 08

Artigos

Mensalidade em dia, consulta sem vaga

A dificuldade para marcar consultas médicas tem se tornado uma reclamação frequente entre usuários de planos de saúde. Em muitos casos, o beneficiário entra em contato com a rede credenciada e recebe a informação de que a primeira vaga disponível será apenas dali a dois ou três meses. O que muitos consumidores desconhecem é que a Agência Nacional de Saúde Suplementar estabelece prazos máximos para a garantia desses atendimentos.

De acordo com a ANS, após o cumprimento das carências contratuais e desde que o atendimento esteja abrangido pelo plano contratado, as consultas básicas nas áreas de pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia devem ser disponibilizadas em até sete dias úteis.

Nas demais especialidades médicas, como cardiologia, neurologia, endocrinologia e dermatologia, o prazo máximo é de 14 dias úteis. Para consultas ou sessões com profissionais como psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros obstetras e obstetritz,es, o atendimento deve ocorrer em até dez dias úteis.

Existem ainda outros prazos relevantes. Os exames realizados por laboratórios de análises clínicas devem ser disponibilizados em até três dias úteis; os demais serviços de diagnóstico e terapia ambulatorial, em até dez dias úteis; e os procedimentos de alta complexidade e as internações eletivas, em até 21 dias úteis. Nos casos de urgência e emergência, o atendimento deve ser imediato.

É importante esclarecer que esses prazos não garantem uma consulta com um médico específico, escolhido pelo paciente. A obrigação da operadora é disponibilizar um profissional ou estabelecimento habilitado, dentro da rede assistencial e da área de cobertura do plano. Se o consumidor optar por aguardar determinado médico de sua preferência, estará sujeito à agenda daquele profissional. A consulta de retorno, por sua vez, deverá observar o prazo definido pelo próprio profissional responsável pelo atendimento.

No entanto, a operadora não pode utilizar a indisponibilidade da rede credenciada como justificativa para deixar o paciente sem assistência. Se não houver vaga dentro do prazo regulamentar, caberá ao plano indicar outro profissional ou estabelecimento capaz de realizar o atendimento. Quando necessário, essa indicação poderá alcançar um prestador particular, fora da rede conveniada, com o custeio assumido pela própria operadora.

Em determinadas situações, quando não houver atendimento disponível no município ou nas localidades próximas, o plano também poderá ser obrigado a viabilizar o atendimento em outra cidade e custear ou reembolsar as despesas de transporte. Se o beneficiário for obrigado a pagar pelo serviço em razão da omissão da operadora, poderá ter direito ao reembolso integral, conforme as circunstâncias e as regras aplicáveis.



Para exigir esse direito, o consumidor precisa seguir um caminho importante. Depois de tentar o agendamento na rede credenciada, deve entrar em contato diretamente com a operadora, solicitar uma alternativa dentro do prazo da ANS e guardar o número e a data do protocolo. O prazo será contado a partir desse contato formal com o plano.

Se a operadora não apresentar uma solução, o beneficiário poderá registrar uma reclamação na ANS. A reclamação assistencial gera uma Notificação de Intermediação Preliminar, conhecida como NIP, por meio da qual a operadora é chamada a responder e solucionar a demanda. Segundo as regras atuais, as reclamações relacionadas à cobertura e ao atendimento devem ser respondidas pela operadora em até cinco dias úteis.

Fontes oficiais: Prazos máximos de atendimento — ANS e Notificação de Intermediação Preliminar — ANS.

Priscila Mendonça de Aguiar Arruda é advogada.

Compras Públicas expressas

Em todas as esferas e em todos os níveis, há uma queixa comum a gestores de todas as tendências políticas. Todos costumam reclamar da morosidade dos processos de contratação na administração pública. Embora em alguns casos isso possa ser apenas uma desculpa para deficiências no planejamento ou ineficiência na execução dos procedimentos, a unanimidade das reclamações revela que há, de fato, fundamentos para essa percepção, especialmente considerando os quase trinta anos de vigência da antiga Lei 8.666/1993, concebida para um mundo analógico que já não corresponde à realidade contemporânea.

Todavia, a “nova” Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), que já completou cinco anos, trouxe inovações importantes que, aos poucos, começam a ser compreendidas, regulamentadas e aplicadas.

Esta semana, foi editado o Decreto Presidencial 13.106, de 24/08/2026, que dispõe sobre o Sistema de Compras Expressas – Sicx, no âmbito da administração pública federal.

O Sicx será uma plataforma digital, assemelhada a um marketplace, na qual órgãos e entidades da administração pública poderão realizar suas compras de bens e serviços padronizados que permitam a contratação repetida, comparável e não individualizada. A responsabilidade pela sua disponibilização será do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O interessado em fornecer bens ou prestar serviços à administração pública por meio do Sicx deverá solicitar seu credenciamento eletronicamente. Uma vez cadastrados, os potenciais fornecedores terão acesso permanente à plataforma para divulgação de suas propostas. O fornecedor credenciado poderá cadastrar ofertas para os bens e os serviços padronizados de sua linha de fornecimento e indicar, para cada localidade atendida, os valores e as condições de entrega e de pagamento.

Por sua vez, o comprador público observará procedimento simplificado, ficando dispensado de elaborar termo de referência e edital de contratação, devendo, no entanto, realizar Estudo Técnico Preliminar.

O Sicx disponibilizará estimativas de preços praticados no seu âmbito de atuação e em outras plataformas de contratação. Assim, a formação dos preços será baseada nas ofertas disponibilizadas pelos fornecedores, que poderão ser atualizadas diretamente na plataforma, ressalvadas as ofertas já selecionadas. O próprio Sistema realizará o ranqueamento automatizado das ofertas aptas. A seleção da oferta melhor ranqueada independe de justificativa, conferindo maior agilidade ao processo.

Além disso, o Scx utilizará mecanismos para avaliar a reputação de fornecedores, bens e serviços, a partir de indicadores de seu desempenho em contratações anteriores, como instrumentos auxiliares para o ranqueamento das ofertas e para o aprimoramento da qualidade das con-



tratações realizadas em seu âmbito.

Naturalmente, a plataforma observará os princípios e os mecanismos destinados a assegurar a transparência, a rastreabilidade e o controle das contratações, garantindo-se o acesso dos órgãos de controle aos registros necessários à fiscalização e a adoção de medidas de prevenção, detecção e resposta a riscos, nos termos da legislação aplicável.

Estados, municípios, serviços sociais autônomos e entidades privadas sem fins lucrativos poderão se credenciar para utilizar o Sicx ou integrá-lo com as suas plataformas próprias de compras expressas, caso optem por desenvolvê-las.

O Sicx vem se somar a outros mecanismos inovadores previstos na Lei 14.133, como o Portal Nacional de Contratações Públicas e a dispensa eletrônica de licitação.

A expectativa – e a esperança – é de que, quando plenamente operacionais, todos esses instrumentos tragam maior agilidade, qualidade, economicidade, transparência e segurança nas contratações pelo poder público.

Luiz Henrique Lima é professor e conselheiro independente certificado.

LGPD na gestão pública municipal: onde estamos e onde precisamos chegar



A Lei Geral de Proteção de Dados deixou de ser uma promessa para se tornar uma exigência concreta na rotina da administração pública. Ainda assim, grande parte dos municípios brasileiros trata o tema como algo secundário, distante da urgência que ele realmente representa. Essa distância entre o que a lei exige e o que as prefeituras praticam é o ponto de partida que nos motiva a agir.

A LGPD estabelece o conjunto de obrigações, bases legais, limites e boas práticas que todo ente público precisa observar ao coletar, armazenar, compartilhar ou eliminar dados que identificam uma pessoa. Não se trata de burocracia, mas de um dever de cuidado com o cidadão, que confia suas informações ao poder público.

O cenário nacional expõe a gravidade do problema. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, com dados de 2024 e atualização em novembro de 2025, pouco mais de 72% dos municípios brasileiros não possuem uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas de proteção de dados pessoais, tampouco pela implementação das diretrizes da lei.O que significa estar em conformidade com a LGPD?

O patamar mínimo pode ser resumido em quatro ações: designar um encarregado de proteção de dados; mapear o que a prefeitura coleta e com quem compartilha; publicar política de privacidade e canal de comunicação com o cidadão; e manter plano de resposta a incidentes. Nenhuma dessas medidas depende de tecnologia cara ou complexa, e sim de decisão administrativa.É para reverter esse quadro que a Comissão Permanente de Transformação Digital e Disrupção - CPT2D do TCE-MT assume papel de liderança em Mato Grosso.

Defendo que diagnosticar é o primeiro passo para transformar.O sucesso desse diagnóstico depende do engajamento dos gestores municipais. Por isso os municípios receberam um questionário para mensurar a real situação da proteção de dados nas prefeituras mato-grossenses.

Sem esse retrato fiel, qualquer política pública de digitalização corre o risco de ser construída sobre suposições.Responder é simples e não é preciso ato formal nem criação de estrutura, basta o gestor indicar quem será o responsável por preencher o questionário. A simplicidade é proposital, pois o foco está na qualidade e na veracidade das respostas. O prazo se encerra em 29 de agosto e municípios com dificuldade de acesso ao formulário podem entrar em contato com a CPT2D pelo e-mail cpt2d@tce.mt.gov.br.

A transformação digital das cidades não se sustenta sem uma base sólida de proteção de dados. A Comissão está posicionando Mato Grosso na vanguarda desse debate, mas o resultado depende do compromisso de cada gestor em responder ao questionário.

O preenchimento não é uma formalidade a ser cumprida por obrigação, mas um compromisso com a segurança jurídica do município e com a confiança do cidadão no poder público. Onde precisamos chegar é claro: municípios com encarregado designado, dados mapeados, política de privacidade publicada e plano de resposta a incidentes ativo.E, Mato Grosso, por meio da CPT2D, está à frente dessa agenda nacional!

Alisson Alencar é Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso



Av. São Sebastião, nº 4210, Bairro Santa Helena
Cuiabá-MT - CEP: 78.045-000 - Fone: (65) 9.9812-0300 - (65) 99972-1477

Jornal Extra MT News
Razão Social: EXTRA MATO GROSSO COMUNICAÇÃO LTDA.
E-mail: jornalextramt@gmail.com extramtnews@gmail.com
Endereço: AV. SÃO SEBASTIÃO, 4210 - SALA 01 - QUILOMBO
Cidade: Cuiabá/MT - CEP: 78045-000
Tel.: (65) 9912-0300 - CNPJ: 64.416.676/0001-43

Fundadores: Pedro Barros (In Memoriam) Jean Barros	Repórter: Nathália Monteiro
Diretor Financeiro: Leonardo Augusto	Assessoria Jurídica: Lauren Barros
Editor de Arte: Riely Gaudie Lei Oliveira	Social Media: Eliana Costa
Jornalistas: Nelli Tirelli Rafael Costa	Assessoria Contábil: André Castilho Everaldo Negrão
Colunista: Evelyne Corrêa	Distribuição: Rodrigo Oliveira Maria Vitória

ELEIÇÕES 2026

TV e Rádio Assembleia transmitem entrevistas com os candidatos a governo de Mato Grosso

A TV e a Rádio Assembleia transmitirão entrevistas com os candidatos ao governo de Mato Grosso no período de 30 de agosto a 30 de setembro. Tradicionalmente promovida pela TV Assembleia em períodos eleitorais, a rodada será ampliada neste ano com a participação da Rádio Assembleia.

As entrevistas foram gravadas entre os dias 17 e 25 de agosto e serão transmitidas em 49 cidades de Mato Grosso que recebem o sinal aberto e gratuito da TV Assembleia. A condução ficou a cargo dos jornalistas Cláudio de Oliveira, da TV Assembleia, e Aline Ferreira, da Rádio Assembleia.

O secretário de Comunicação da ALMT, coronel Henrique Santos, afirma que a iniciativa reforça o papel institucional da Assembleia Legislativa ao abrir espaço para que os candidatos apresentem seus projetos à população. “A gente entende que a Assembleia Legislativa tem que fazer parte, incentivar e participar ativamente desse processo democrático que são as eleições estaduais”, afirma.

Segundo o secretário, a participação da TV e da Rádio Assembleia também demonstra o compromisso da instituição em contribuir com o debate público durante o período eleitoral. “A gente está muito feliz por ter contribuído e participado desse processo democrático, dando às pessoas a oportunidade de ouvir e ver cada um dos candidatos e saber o que cada um pensa e quais projetos tem para o nosso estado”, acrescenta.

Jaime Neto, superintendente



da TV, destaca a atuação jornalística da emissora durante o processo eleitoral. “Nosso papel é ampliar o acesso à informação e contribuir para que o eleitor faça sua escolha com mais segurança”, diz.

Formato - A gerente de Jornalismo da TV, Franchesca Bogo, explica que cada candidato teve 30 minutos para responder a 13 perguntas elaboradas pela equipe de jornalismo sobre saúde, educação, violência, serviço público, infraestrutura, emprego e renda, desenvolvimento econômico e questões sociais.

“Não é apenas uma apresentação de propostas. É um plano de trabalho”, ressalta Franchesca. Segundo ela, a intenção é saber não apenas o que cada candidato pretende fazer, mas também como pretende colocá-las em prática, considerando recursos e

possíveis parcerias.

A jornalista Aline Ferreira destaca que a condução buscou equilibrar objetividade e profundidade, com perguntas de interesse público e espaço para que os candidatos expliquem suas ideias.

“A prioridade é levar informação de qualidade ao eleitor, para que ele possa conhecer as propostas e fazer suas próprias escolhas”, frisa.

Condições iguais - Para assegurar tratamento isonômico, uma comissão foi formada para definir as perguntas e os critérios da rodada. Todos os candidatos tiveram o mesmo tempo de entrevista e o mesmo número de exibições ao longo do período de exibição.

O formato permite ao eleitor conhecer diferentes projetos de governo, sem transformar o espaço em debate entre os candidatos.



Integração - A participação da Rádio Assembleia é a principal novidade da edição de 2026. O superintendente da emissora, José Marques, afirma que a parceria fortalece o papel dos veículos institucionais na divulgação de informações eleitorais.

“Essa integração representa uma melhoria no alcance das propostas desses candidatos”, declara. Segundo José Marques, a distribuição do conteúdo em diferentes plataformas permite chegar a públicos com hábitos distintos de consumo de informação.

Na Rádio Assembleia, as entrevistas serão veiculadas em diferentes horários da programação, pela manhã e à tarde, ampliando as possibilidades de acesso ao conteúdo.

Programação - Na TV Assembleia, a rodada terá seis exibições

por dia, de 30 de agosto a 30 de setembro, em sistema de revezamento.

Participam da rodada os candidatos Maurício Coelho (Mobiliza), Rafaell Milas (Missão), Sargento Laudicério Machado (Agir), Natasha Shlessarenko (PSD), Otaviano Pivetta (Republicanos) e Wellington Fagundes (PL).

Onde acompanhar - A TV Assembleia pode ser sintonizada pelo canal 30.1 em Cuiabá e Várzea Grande e pelo canal 9.2 no interior de Mato Grosso. A programação também pode ser acompanhada em tempo real pelo site da Assembleia Legislativa.

A Rádio Assembleia pode ser ouvida na frequência 89,5 FM, em Cuiabá, e pela internet, com acesso à programação e ao áudio ao vivo pelo site oficial da ALMT.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Desfile de 7 de Setembro terá programação noturna e estrutura para receber famílias em Cuiabá

Cuiabá terá uma programação especial para o Desfile Cívico de 7 de Setembro, em comemoração aos 204 anos da Independência do Brasil. A concentração das instituições está marcada para as 18h30, na Rua Batista das Neves, entre a Rua Cândido Mariano e a Avenida Getúlio Vargas. A realização no período noturno foi pensada pelo prefeito Abilio Brunini diante das altas temperaturas e do tempo seco registrados na Capital, com o objetivo de proporcionar mais conforto e bem-estar aos estudantes, familiares e ao público que acompanhará a programação.

“Estamos preocupados com as nossas crianças e também com toda a população que vai acompanhar o desfile. Cuiabá está enfrentando dias de muito calor e tempo seco, e queremos que todos possam participar de um evento mais confortável, adequado às famílias e, principalmente, com atenção ao bem-estar dos nossos estudantes”, afirmou o prefeito Abilio Brunini.

Além da programação no período noturno, a estrutura do evento contará com pontos de hidratação e espaços de descanso ao longo do percurso, como medida de cuidado com o público e os participantes. Os pontos de água estarão sinalizados e equipes de apoio também estarão posicionadas em locais estratégicos para orientar a população.

Realizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), o desfile terá concentração a partir das 18h30. O trajeto começa na Rua Batista das Neves e segue pela Avenida Getúlio Vargas, em direção à Avenida Tenente-Coronel Duarte, a Prainha.

O palanque das autoridades será instalado na Rua Joaquim Murtinho, nos fundos da Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus. A dispersão dos pedestres e participantes ocorrerá na Praça da República, com acesso pela Rua 13 de Junho.

Cinco unidades educacionais

da rede municipal de ensino de Cuiabá participarão do desfile. Ao todo, mais de 300 estudantes estarão envolvidos na programação, que contará também com apresentações de bandas de fanfarra.

Na reta final dos preparativos, os estudantes intensificaram os ensaios para garantir um bom desempenho durante a apresentação. Para muitos deles, esta será a primeira participação em um desfile cívico, o que aumenta a expectativa e a ansiedade.

“Estou treinando bastante, mas o coração está a mil”, contou Bryan Lee Belizaine Charles, estudante da Emebc Nova Esperança.



A Emeb Ana Teresa Arcos Krause participará com aproximadamente 100 integrantes. A escola comparecerá com a banda de fanfarra, repetindo a trajetória do ano passado e de outros espetáculos. Este ano, os integrantes participaram da programação de aniversário

do município de Santo Antônio de Leverger, como convidados. Para o 7 de Setembro, os ensaios se intensificaram, com atividades às quartas-feiras, das 17h às 18h.

Já a Emebc Nova Esperança levará 60 estudantes para a avenida, acompanhados pela Banda Marcial da escola. O grupo reúne instrumentos como trompete, trombone, bombardino, lira, escaleta, bumbo, caixa e prato. Os ensaios são organizados por grupos de instrumentos e, às quartas-feiras, das 15h às 17h, os alunos participam do ensaio geral para trabalhar a harmonia da apresentação.

“Na verdade, estamos trabalhando desde o início do ano”, explicou o professor de música, Luender Bruno.

A Emeb Professora Francisca Martins Figueiredo será representada por 50 estudantes. Os ensaios acontecem às quintas-feiras, das 13h30 às 15h, com os

últimos ajustes para a apresentação.

Também com 50 integrantes, a Emeb Deputado Ulisses Guimarães retorna ao desfile após anos sem participar da programação. Para os gestores da unidade, a apresentação marca também a estreia à frente da escola em um desfile cívico.

A Emeb Professor Firmo José Rodrigues participará com 45 estudantes. Os ensaios são realizados às quartas e sextas-feiras, das 17h às 19h.

Segundo o secretário municipal de Educação, Reginaldo Teixeira, com a participação das cinco unidades, a rede municipal de ensino se integra à programação cívica em homenagem à Independência do Brasil, levando para a Avenida Getúlio Vargas estudantes, educadores e músicos que vêm se preparando ao longo dos últimos meses para a apresentação.



PORTÃO DO INFERNO

Pivetta diz que demora do Ibama para liberar construção de túnel é ‘castigo’ para moradores de Chapada

O governador Otaviano Pivetta (Republicanos) disse que os moradores de Chapada dos Guimarães estão sendo castigados de forma desnecessária com a demora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em liberar a construção de um túnel na rodovia estadual MT-251, no trecho conhecido como Portão do Inferno. Há anos o trecho passa por interdições devido ao risco de desmoronamento do paredão. Uma obra foi iniciada pelo Estado, mas suspensa diante da inviabilidade do projeto.

“O que nós precisamos mesmo é duplicar a 251 e fazer o túnel desse local, que eu prefiro não pronunciar o nome, que realmente está sendo um castigo para o povo de Chapada e para quem frequenta Chapada”, disse o governador na última semana.

“[Castigo] Desnecessário. Essa licença já deveria ter saído e nós já deveríamos ter feito essa obra, porque nós temos capacidade de fazer e infelizmente dependemos da licença do órgão federal”, acrescentou.

Em julho deste ano, o Ibama requereu para si a responsabilidade pelo licenciamento ambiental do projeto apresentado pelo governo do estado devido à complexidade do empreendimento.

Na sequência, o instituto pediu um parecer técnico para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). No início deste mês, o ICMBio se manifestou contra o pedido.

Ainda na entrevista, o governador afirmou que a intenção é que a rodovia estadual MT-030 seja construída como uma estrada ecológica com foco em veículos leves, motos e bicicletas. O projeto para os primeiros 20 quilômetros ainda está sendo elaborado.



FORBES 2026

Família Maggi domina posições do agronegócio entre os bilionários do Brasil



O ex-governador de Mato Grosso e ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi (PP) figura como o 6º maior bilionário do agronegócio brasileiro em 2026, segundo levantamento anual divulgado pela Forbes Brasil. Com patrimônio estimado em R\$ 7,2 bilhões, o empresário vinculado à Amaggi ocupa a 50ª posição na lista geral de bilionários do país.

Filho dos fundadores da Amaggi, André e Lucia Maggi, Blairo construiu uma consolidada trajetória pública antes de se afastar da política: governou Mato Grosso por dois mandatos (2003–2010), atuou como senador (2011–2019) e chefiou o Ministério da Agricultura no governo Michel Temer.

Controle familiar da Amaggi no Top 10

A presença da família controladora do grupo Amaggi se estende às primeiras posições do ranking setorial. Hugo de Carvalho Ribeiro (cunhado de Blairo e casado com a filha de Lucia Maggi) surge na 7ª colocação do agro — também em 50º lugar na lista geral —, com patrimônio de R\$ 7,2 bilhões.

Logo em seguida, Itamar Locks, também genro de Lucia e acionista controlador da companhia, ocupa a 8ª posição do setor (54º na classificação geral), com R\$ 6,7 bilhões acumulados. Juntos, os três acionistas da Amaggi somam R\$ 21,1 bilhões em patrimônio.

Panorama do Agronegócio na Forbes 2026

O setor do agronegócio responde por 37 dos 255 bilionários listados pela publicação

no Brasil. Somadas, as fortunas do segmento alcançam R\$ 207,7 bilhões, o que representa 11,2% do total de R\$ 1,86 trilhão acumulado pelos bilionários brasileiros.

Embora o Centro-Oeste conte com apenas três representantes no ranking do agro, a região concentra R\$ 46,6 bilhões em patrimônio. O Sudeste lidera em volume de bilionários, reunindo 18 nomes e R\$ 89,1 bilhões, seguido pelo Sul, com 12 representantes e R\$ 57,7 bilhões.

Top 10 Bilionários do Agro no Brasil (2026)

1º Ricardo Castellar de Faria (Granja Faria) R\$ 35,1 bilhões

2º Joesley Mendonça Batista (JBS) R\$ 21,9 bilhões

3º Wesley Mendonça Batista (JBS) R\$ 21,9 bilhões

4º Alceu Elias Feldmann (Fertipar) R\$ 19,2 bilhões

5º Liu Ming Chung (Nine Dragons Paper) R\$ 7,9 bilhões

6º Blairo Borges Maggi (Amaggi) R\$ 7,2 bilhões

7º Hugo de Carvalho Ribeiro e família (Amaggi) R\$ 7,2 bilhões

8º Itamar Locks (Amaggi) R\$ 6,7 bilhões

9º Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan/Raízen/Rumo) — R\$ 6,3 bilhões

10º Marcos Molina dos Santos (MBRF) R\$ 6,1 bilhões

ALMT

Júlio cita “perda de força” do União e prevê bancada menor na AL



O deputado estadual Júlio Campos (União) avaliou, na última quarta-feira (26), que o partido perdeu força em Mato Grosso e deverá eleger uma bancada menor para a Assembleia Legislativa nas eleições deste ano. Para Júlio, apesar de a chapa proporcional ter recebido novos nomes, o cenário ainda aponta para uma redução da bancada.

“Acredito que, pelo que tenho andado, nós temos potencial para eleger, com certeza, dois estaduais. [...] O partido realmente perdeu força e, por isso, vai perder a bancada”, afirmou.

Atualmente, o União tem três representantes na Assembleia: o próprio Júlio, Dilmar Dal’Bosco e Sebastião Rezende. Antes da janela partidária, eram quatro parlamentares, mas Eduardo Botelho deixou a legenda e se filiou ao MDB. A saída foi apresentada como uma estratégia eleitoral diante da concentração de nomes competitivos na

chapa do União.

Ao comentar o enfraquecimento da sigla, Júlio também demonstrou discordância em relação à condução do partido pelo ex-governador Mauro Mendes, atual presidente estadual do União.

O deputado atribuiu parte da perda de estrutura da legenda à falta de organização partidária nos municípios.

“Nós tínhamos a instituição Democratas espalhada por 140 dos municípios de Mato Grosso. Hoje, nós estamos reduzidos a 20, 22 municípios”, disse. Apesar do descontentamento, Júlio se mostrou otimista com seu projeto de reeleição e disse acreditar que terá condições de conquistar uma das 24 vagas na Assembleia Legislativa.

“Eu acredito que eu consiga chegar bem disputando com o deputado Dilmar Dal’Bosco e o deputado Sebastião Rezende, uma das vagas que a União Brasil fará”, disse.

EM CAMPO GRANDE

Magistrados do TJMT participam de jornada que marca os 20 anos da Lei Maria da Penha

Foto: Tago Machado / Divulgação TJMT

Cinco magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) participaram, nos dias 27 e 28 de agosto, em Campo Grande (MS), da XX Jornada Lei Maria da Penha, encontro nacional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que marcou as duas décadas de vigência da Lei nº 11.340/2006. A programação reuniu integrantes do Sistema de Justiça, especialistas, representantes do poder público, pesquisadores e organizações da sociedade civil para discutir avanços, desafios e estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Representaram o Judiciário mato-grossense as juízas Tatyana Lopes de Araújo Borges, da 2ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, e Helícia Vitti Lourenço, da 1ª Vara Especializada da Capital; o juiz Marcos Terêncio Agostinho Pires, também da 2ª Vara Especializada; além dos juízes Geraldo Fidelis, que atua no enfrentamento à violência doméstica no âmbito dos Juizados Especiais, e Marcelo Sousa Melo Bento de Resende, titular da 2ª Vara Criminal de Barra do Garças, com competência na área.

Realizada anualmente desde 2007, a Jornada se consolidou como espaço de articulação e troca de experiências para o aprimoramento da atuação do sistema de Justiça. Nesta edição, o foco esteve nos 20 anos da Lei Maria da Penha e nos desafios para transformar



jo Borges, a Jornada representa uma oportunidade de compartilhar experiências e discutir caminhos para mudar a cultura que sustenta a violência. “A Jornada Maria da Penha é um encontro nacional muito importante porque nos permite compartilhar experiências, conhecer boas práticas e construir, de forma conjunta, caminhos para aprimorar a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher”.

Ela explicou que no primeiro dia, além de ouvirem grandes debatedores, participaram de oficinas de trabalho sobre diferentes temas, com a elaboração de propostas concretas. “Eu participei da oficina de prevenção e educação e saí muito entusiasmada, porque acredito que a transformação também passa pela escola. Precisamos levar informação aos nossos alunos, trabalhar desde cedo o respeito, a igualdade e a prevenção à violência. É por meio da educação que con-

seguimos promover uma verdadeira mudança de cultura”.

A educação é uma das frentes de prevenção desenvolvidas pelo TJMT. Por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher-MT), o Tribunal mantém iniciativas que levam informação e conscientização ao ambiente escolar, entre elas os projetos Lei Maria da Penha Vai às Escolas e A Escola Ensina, a Mulher

Agradece.

A juíza Helícia Vitti Lourenço destacou a importância da cooperação entre os tribunais para transformar experiências desenvolvidas localmente em estratégias que possam ser adaptadas a outras realidades. “Quando os Tribunais de Justiça se unem, deixam de enfrentar isoladamente um problema que é nacional e passam a construir uma resposta institucional mais uniforme, eficiente e protetiva. A troca de experiências permite identificar boas práticas, aperfeiçoar fluxos, padronizar procedimentos e transformar iniciativas locais bem-sucedidas em políticas que possam ser replicadas em todo o país.”

Segundo ela, a articulação também permite aprimorar a qualificação de magistrados e equipes, o uso de dados, a integração da rede de proteção e o acompanhamento da efetividade das medidas adotadas.

O juiz Marcelo Sousa Melo Bento de Resende ressaltou que a troca de experiências entre os tribunais permite identificar soluções que podem ser adaptadas às diferentes realidades do país. “Quando tribunais se encontram, se conversam, fazem com que nasçam oportunidades de perceber

que estratégia bem-sucedida em um ambiente, em um tribunal, com determinada realidade geográfica e cultural também pode, obviamente fazendo as devidas adaptações, ser implementado em outro estado. Os problemas são comuns. A união é fundamental, o trabalho em rede é importante em todos os estados e só assim a gente vai conseguir fazer um enfrentamento que todas as mulheres merecem.”

O juiz Marcos Terêncio destacou que a integração entre os diferentes atores do Sistema de Justiça e o uso da tecnologia estiveram entre os principais pontos discutidos durante a Jornada. “Ao longo destes dois dias, participamos de painéis e oficinas. Destaco o consenso absoluto sobre a necessidade urgente de integrar todos os atores do Sistema de Justiça, com ênfase na atuação em rede. Além disso, resalto a importância das iniciativas tecnológicas voltadas à interoperabilidade de sistemas, ferramenta essencial para desburocratizar e ampliar o acesso à proteção de mulheres e meninas em situação de violência doméstica.”

Duas décadas de avanços e novos desafios

A XX Jornada também discutiu a necessidade de uma atuação permanente e articulada diante das diferentes formas e contextos de violência contra meninas e mulheres. Entre as iniciativas apresentadas pelo CNJ está a criação do Eixo Permanente de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres no âmbito do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário. A proposta busca dar caráter permanente à atuação do Observatório na pauta de gênero e considerar as diferentes vulnerabilidades existentes no país.

Outro destaque foi a articulação entre o sistema de Justiça e a rede de proteção. Para o CNJ, esse é um dos principais desafios para que os direitos previstos na Lei Maria da Penha se convertam em proteção efetiva às mulheres.

O encerramento da Jornada contou com a discussão e aprovação da Carta da XX Jornada Lei Maria da Penha, documento destinado a consolidar propostas e compromissos construídos durante os dois dias de debates e subsidiar o aprimoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



os direitos previstos na legislação em proteção efetiva.

Entre os temas debatidos estiveram a capacidade protetiva do sistema de Justiça, prevenção da violência, proteção integral, mudança da cultura institucional, articulação entre Justiça e rede de proteção e o uso de dados para orientar políticas públicas. O CNJ também apresentou, durante o encontro, o Diagnóstico Nacional de Medidas Protetivas de Urgência no Contexto da Lei Maria da Penha, que analisou os fluxos adotados pelos tribunais para receber, analisar e encaminhar esses pedidos.

O diagnóstico apontou que 90% dos pedidos de medidas protetivas são analisados pelo Judiciário em até 48 horas. Em 53% dos casos, a decisão ocorre no mesmo dia do protocolo e, em 32%, em até um dia. Entre janeiro e maio deste ano, foram registradas 452.050 decisões relacionadas a medidas protetivas. O levantamento foi elaborado a partir de reuniões técnicas com os 26 Tribunais de Justiça estaduais e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Mato Grosso no debate nacional

A participação dos magistrados mato-grossenses ocorre em um contexto de atuação permanente do TJMT no enfrentamento à violência contra a mulher, com iniciativas voltadas à prevenção, à capacitação e à articulação da rede de proteção. Entre as ações desenvolvidas pelo Tribunal estão projetos de educação para prevenção da violência e capacitações de profissionais que atuam na área.

Para a juíza Tatyana Lopes de Araújo-



LEGISLATIVO CUIABANO

A convite de Alex Rodrigues, alunos das escolas Moranguinho e Alphax conhecem funcionamento da Câmara de Cuiabá

Thaynara Godinho

Após participarem de eleição simbólica na escola, estudantes foram convidados pelo vereador para conhecer a rotina da Casa de Leis e aprender sobre o trabalho dos parlamentares

Alunos das escolas Moranguinho e Alphax visitaram a Câmara Municipal de Cuiabá a convite do vereador Alex Rodrigues (Podemos). A atividade deu continuidade a uma ação de educação cidadã iniciada no ambiente escolar, com o objetivo de aproximar os estudantes do funcionamento das instituições públicas e estimular, desde cedo, o conhecimento sobre democracia e participação social.

Durante a visita, os estudantes conheceram espaços da Casa de Leis, acompanharam parte da rotina do Legislativo e receberam informações sobre as atribuições dos vereadores, a tramitação de projetos e o processo de tomada de decisões que impactam a população cuiabana.

A iniciativa teve origem em uma atividade realizada no dia 20 de maio, quando Alex Rodrigues esteve na Escola Moranguinho para acompanhar uma eleição simbólica organizada pelos próprios alunos.

Eleição simbólica estimulou educação cidadã

Na ocasião, os estudantes participaram de uma eleição para escolher o “prefeito” da escola. A atividade contou com uma chapa mista e foi planejada para apresentar às



crianças, de maneira prática, conceitos relacionados à democracia, ao voto, à representação e à responsabilidade.

Na época, Alex Rodrigues destacou a importância da experiência para a formação cidadã dos estudantes. “Tive a alegria de acompanhar as eleições na Escola Moranguinho, uma iniciativa muito bonita que ensina desde cedo o peso e a importância de um voto de confiança, além das responsabilidades que vêm junto com ele”, afirmou.

Segundo o vereador, a atividade proporcionou aos alunos uma experiência prática sobre o significado das escolhas e da participação em processos de decisão.

“Mais do que uma brincadeira educativa, é uma forma de incentivar cidadania, participação e consciência desde a infância”, destacou.

Da escola para a Câmara

Após acompanhar a eleição simbólica, Alex Rodrigues convidou os estudantes para conhecerem de perto o funcionamento da

Câmara Municipal. A visita permitiu que os alunos relacionassem os conceitos trabalhados na escola com a atuação das instituições públicas. Durante o encontro, os estudantes puderam conhecer mais sobre o papel dos vereadores, o funcionamento da Casa de Leis e a importância da participação da sociedade no acompanhamento das decisões do Poder Legislativo.

Para Alex Rodrigues, aproximar crianças e jovens das instituições públicas contribui para despertar o interesse pela vida em

comunidade e fortalecer a formação cidadã. A sequência de atividades, iniciada com a eleição simbólica na escola e concluída com a visita à Câmara, proporcionou aos estudantes uma experiência prática sobre democracia, representação e responsabilidade.

Ao conhecerem o cotidiano do Legislativo, os alunos tiveram a oportunidade de compreender melhor como funciona o trabalho dos vereadores e como o voto é parte de um processo maior de participação na sociedade.

CUIABÁ

Abílio atrela crise do comércio à internet e culpa Lula por criminalidade

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), afirmou que a queda no movimento do comércio do centro da cidade é provocada pela expansão do e-commerce e atribuiu a insegurança na região às políticas do presidente Lula e a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Para o gestor, os comerciantes locais “precisam se reinventar” para atrair consumidores, enquanto a solução para a criminalidade urbana depende de mudanças na legislação nacional e de parcerias entre as forças de segurança e o Judiciário.

“Você compra pela internet? Sim, e muitas das vezes é muito mais barato do que comprar no centro ou em qualquer outro lugar. E, muitas das vezes, as pessoas estão comprando pelo celular. [...] Isso acabou eliminando a mobilidade de você ir a qualquer centro comercial. Isso não aplica só a Cuiabá. Está aplicando em qualquer outro centro comercial do país. Então, os centros comerciais precisam se reinventar”, afirmou nesta terça-feira (25).

Como alternativa para reativar a economia local, o prefeito propôs a reestruturação do espaço urbano para focar em experiências e gastronomia, apontando a Rua 13 de Junho como potencial polo de intervenção.

“Eu falei para esse pessoal: ‘gente, estou pronto aqui para fazer um calçadão aí na 13 de Junho, estou pronto aqui para fazer uma feira na 13 de Junho e reinventar esse centro. Vamos trazer gastronomia, vamos trazer atividades diferentes’. Porque gastronomia você pode até comprar para entregar em casa, mas eu não estou deixando você ir a um lugar para comprar e comer num restaurante, comer um lanche diferente. Então, se o centro não se reinventar, infelizmente está fadado ao fracasso”, determinou.

Ao abordar a onda de furtos no centro, Abílio associou os crimes à presença de dependentes químicos e criticou as limitações legais enfrentadas pelas forças de segurança e pela gestão municipal, culpabilizando o atual presidente e candidato à reeleição, Luiz Iná-



cio Lula da Silva (PT).

“Enquanto o Lula estiver no poder, não tem nada que fazer com a questão da insegurança. O pessoal fez o L no passado e colhe os frutos disso. Porque o que ocorre? [...] O comerciante vira refém da situação. E a polícia está ativa ali, ela prende o cara, mas o cara que fez o furto, em poucos minutos, está solto na delegacia, enquanto o policial está lá realizando o B.O. ainda”, comentou sobre a suposta crescente de roubos na região.

O chefe do Executivo municipal também responsabilizou diretrizes judiciais federais, citando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, ao afirmar que as exigências impostas dificultam ações mais rígidas nas ruas.

“E aí chega uma ADPF do Alexandre Moraes e fala que a gente tem que oferecer água, marmita, alimentação, tem que oferecer lugar para dormir, tem que oferecer lugar para guardar os pertences e tudo mais. Então, está dando todo o subsídio para que a pessoa continue na rua praticando seus delitos e continue sendo impune sobre eles”, explicou, lembrando o caso.

Para o gestor, a superação do problema exige cooperação entre a Prefeitura, o governo do Estado, o Ministério Público (MPMT) e o Tribunal de Justiça (TJMT), tomando como referência ações realizadas em São Paulo. Concluindo que, embora o município mantenha programas de assistência social e saúde itinerante, a abordagem sobre a população em situação de rua precisa de uma revisão ampla nas esferas estadual e federal.

VG

Flávia instaura apuração sobre gestão de ex-chefe do DAE



A Prefeitura de Várzea Grande acatou recomendação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT) e instaurou procedimentos administrativos para apurar fatos relacionados à gestão do ex-diretor-presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE-VG), Rogério de França Martins.

Conforme o decreto 79/2026, será instaurado processo administrativo de apuração preliminar, na modalidade de sindicância investigativa, para esclarecer a natureza dos fatos relacionados à gestão da autarquia e verificar eventual vínculo com a administração de recursos públicos do DAE ou com interesses de terceiros perante o órgão.

A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, vinculada à Secretaria Municipal de Administração. O prazo inicial para conclusão dos trabalhos será de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Além da sindicância, o decreto determina que a Controladoria-Geral do Município (CGM) realize uma auditoria extraordinária no DAE-VG. A análise deverá abranger contratos firmados, atos correlatos e pagamentos realizados entre

2 de março e 19 de agosto de 2026, período correspondente à gestão do então diretor-presidente, podendo ser ampliada caso sejam identificados fatos relacionados a outros períodos.

A auditoria será conduzida sob coordenação da Controladoria-Geral do Município, com apoio da Controladoria Interna do DAE-VG. O Município também instituiu, pelo prazo de 180 dias, um regime especial de acompanhamento do DAE-VG. O decreto ainda garante à comissão responsável pela apuração e à equipe de auditoria livre acesso às dependências, sistemas, documentos e informações do DAE-VG. Também fica vedado o pagamento de despesas fora do circuito bancário oficial, ressalvadas as hipóteses de adiantamento previstas na legislação municipal.

As medidas foram formalizadas por meio, após Notificação Recomendatória nº 008/2026, expedida pela 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Várzea Grande no âmbito do Inquérito Civil SIMP nº 010327-006/2026.

Rogério de França Martins assumiu a presidência do DAE-VG em março de 2026 e deixou o cargo em agosto, com efeitos a partir de 19 de agosto, conforme o Ato nº 802/2026.

FORÇA ELEITORAL

Max reúne 2 mil pessoas em Jaciara e dá largada à campanha de reeleição



O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (Podemos), deu a largada oficial à sua campanha de reeleição com um ato de grande porte, em Jaciara (144 km de Cuiabá). O evento reuniu cerca de 2 mil pessoas e inaugurou uma série de três grandes mobilizações programadas pelo parlamentar.

A escolha do município para o pontapé inicial resgata a trajetória do parlamentar, que começou sua vida pública na cidade há mais de duas décadas, onde atuou como vereador e prefeito antes de chegar ao Parlamento es-

tadual. O ato evidenciou o peso de suas articulações políticas no Vale do São Lourenço, contando com a presença do governador e candidato à reeleição, Otaviano Pivetta (Republicanos), e da deputada estadual Janaina Riva (MDB), candidata ao Senado, além de prefeitos, vereadores e lideranças regionais.

Durante o discurso, Max destacou a consolidação de sua base local em comparação ao início de sua carreira. “Na minha primeira eleição, tive o apoio de apenas um vereador de Jaciara. Hoje, conto com os 11 vereadores, a prefeita, o vice e os quatro prefeitos do Vale do São Lourenço. Devo muito a esta

região e quero retribuir com ainda mais trabalho”, declarou o parlamentar, visivelmente emocionado com a receptividade do público.

O governador Otaviano Pivetta ressaltou a afinidade administrativa com o presidente da ALMT. “Fui prefeito, assim como o Max, e essa vivência municipalista fortalece nosso alinhamento. Vamos manter essa parceria para continuar trabalhando pelas cidades e pelo Estado”, afirmou Pivetta.

Já a deputada Janaina Riva defendeu a expansão de iniciativas locais para todo o território mato-grossense, citando a Vila Aconchego — projeto habitacional voltado

para a terceira idade idealizado por Max em Jaciara. “É uma iniciativa transformadora que nasceu aqui e que queremos levar para todo Mato Grosso”, pontuou Janaina.

Próximos passos

A mobilização em Jaciara abre o calendário de grandes atos da campanha de Max Russi, que atualmente também preside o Podemos em Mato Grosso. Os próximos compromissos da agenda de lançamentos estão marcados para Cuiabá, no dia 9 de setembro, e Confresa, no dia 11 de setembro, onde o parlamentar reunirá apoiadores da região do Araguaia.

ENCONTRO

Wellington nega mal-estar no PL e justifica ausência em almoço com Marinho

O candidato ao Governo de Mato Grosso, Wellington Fagundes (PL), minimizou os rumores de isolamento político dentro do próprio partido após não comparecer a um almoço com o senador Rogério Marinho (PL-RN), em Cuiabá. Marinho é o coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL).

Wellington confirmou que foi convidado para o evento, realizado no último dia 21, mas explicou que sua ausência foi proposital devido ao caráter exclusivo do encontro.

“Entendo que uma reunião de arrecadação para a campanha nacional não cabe candidato local. Na eleição passada, quando o Flávio Bolsonaro esteve aqui ajudando o presidente, ele fez reuniões sem nenhum político, apenas com empresários. O Rogério Marinho veio cumprir o papel dele de coordenador. Tratamos desse assunto previamente em Brasília”, afirmou Wellington à imprensa.

O almoço, articulado pelo empresário Odilio Balbinotti candidato a suplente na chapa de José Medeiros (PL) ao Senado, reuniu lideranças do agronegócio, comércio, indústria, mineração e combustíveis com o objetivo de captar recursos para a disputa presidencial.

Apesar da justificativa de Wellington de que candidatos locais não deveriam participar, o evento contou com a presença de figuras políticas de outros grupos, como Cidinho Santos, candidato a suplente de Mauro Mendes (União), e Nilson Leitão (União), candidato a deputado federal.

O candidato do PL minimizou a presença dos adversários e destacou sua proximidade com a família Bolsonaro ao relembrar uma visita anterior de Flávio ao estado.

“Lá em Sinop, quando o Flávio veio, fui o único político autorizado a acompanhá-lo no carro. Ele não aceitou outros políticos juntos, só eu estava lá”, pontuou.



CAMISA SEM MÁSTER

Presidente do Cuiabá mantém veto às bets: “Segmento criminoso”

O Cuiabá Esporte Clube mantém vago desde o início de 2025 o principal espaço comercial da camisa por se recusar a fechar patrocínio com casas de apostas. Mesmo sem uma marca na parte frontal do uniforme, o presidente do clube, Cristiano Dresch, sustenta que não pretende recorrer ao segmento para ampliar as receitas.

Dresch afirmou, em entrevista ao ge, que a posição também atende a compromissos assumidos com antigos parceiros comerciais do Dourado. Ele criticou os impactos sociais provocados pelas apostas e classificou como acertada a decisão de manter as empresas longe da camisa.

“Eu nunca concordei com esse segmento. Acho esse segmento criminoso. As bets exploram as pessoas, causam suicídios e destroem famílias. Nossos patrocinadores, lá atrás, já nos exigiram que a gente não fizesse contrato com as bets. Tomamos uma decisão acertada”, afirmou.

Enquanto busca um novo patrocinador máster, o Cuiabá tenta aproximar sua marca do agronegócio. Na partida contra o Goiás, pela Série B do Campeonato Brasileiro, o clube estampou a campanha “Movido a Etanol” justamente no espaço que está disponível.

“Estamos desenvolvendo uma campanha de divulgação de um dos maiores produtos que a gente faz aqui em Mato Grosso, que é o etanol. Estamos buscando uma aproximação com o segmento do agro”, explicou Dresch. A diretoria afirma que consegue manter o orçamento com os direitos de transmissão, os demais patrocínios da camisa e a venda de jogadores. Segundo o presidente, a previsão é encerrar 2026 com R\$ 30 milhões arrecadados com negociações de atletas.



[al.mt.gov.br](#) [@assembleiamt](#) [FaceALMT](#) [Canal 30.1](#) [TVAssembleiaMT](#) [Rádio 89,5 fm](#)

NÃO DEIXE A DESINFORMAÇÃO TE INFLUENCIAR

67% PROCESSANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ROSTO E VOZ MANIPULADOS POR IA.

ISSO TAMBÉM É FAKE NEWS

Cheque antes de compartilhar e busque informações em canais oficiais. Em período eleitoral, as fake news se espalham ainda mais rápido.

Seu voto tem poder de decisão. Não caia em manipulação.

Informe-se bem: [tre-mt.jus.br](#) [al.mt.gov.br](#)

ALMT
Assembleia Legislativa
Unindo vozes, fortalecendo cidades.

Tribunal Regional Eleitoral-MT